

## ESTUDOS LITERÁRIOS, ESTUDOS CULTURAIS E LITERATURA COMPARADA – UMA ARENA POLIFÔNICA

Fabíola Simão Padilha Trefzger  
UFES

No momento em que a ciência desconfia das explicações gerais e das soluções que não sejam setoriais e especialísticas, o grande desafio para a literatura é o de saber tecer em conjunto os diversos saberes e os diversos códigos numa visão pluralística e multifacetada do mundo.

Italo Calvino

**RESUMO:** Aproximações e divergências sobre a questão dos limites disciplinares, abalados pela prática transdisciplinar, notadamente verificada no âmbito multidirecional dos estudos literários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos literários; estudos culturais; literatura comparada; configuração dos saberes humanísticos; interdisciplinaridade; transdisciplinaridade.

A reflexão em torno do estudo da literatura, tal como praticada na academia por especialistas da área, mantém em cena, desde o final da década de 60, o efervescente debate entre Estudos Literários e Estudos Culturais. Além dos inúmeros questionamentos sobre a pertinência ou não de uma categorização disciplinar que impusesse limites estritos à vertente heteróclita do multiculturalismo, assoma a tendência de vislumbrar aí uma certa equivalência possível entre Literatura Comparada e Estudos Culturais. Mas vamos por partes.

A recorrência de uma prática interdisciplinar, concorrendo para dirimir as margens que particularizam os discursos das ciências humanas<sup>1</sup>, foi fortemente impulsionada pelo estruturalismo francês, a partir dos métodos lingüísticos propostos por Saussure na década de 60. Com um instrumental analítico baseado no sistema descrito pelo lingüista suíço, a literatura passou a ser pensada de um ponto de vista eminentemente sincrônico, objetivando depreender, no aspecto formal do texto literário, a articulação dos elementos que o compõem. Tratava-se então de uma análise apoiada na suposta autonomia da obra literária, desvinculada de seu contexto

de produção, estudada sob uma ótica imanente e calcada fundamentalmente em fatores intraliterários.

Em decorrência do *locus* de origem desses estudos, dominados por dois pólos continentais de grande peso, o oeste europeu e a América do Norte, de onde partiam as regras e as leis que deveriam conduzir as abordagens analíticas do texto literário, vimos confirmar-se uma imposição universalista etnocêntrica, essencialmente monoculturalista e excludente, uma vez que contrapunha as obras ditas canônicas, referenciais incontestes da cultura ocidental, às produções circundantes que, não integrando o âmbito restrito do cânone, eram consideradas periféricas<sup>2</sup>.

No entanto, a resultante desses esforços, pautados numa materialidade auto-suficiente do texto literário, não tardou a mostrar-se insatisfatória. A voga estruturalista, que, eliminando o contexto de produção, excluía ainda o sujeito histórico produtor da obra, cedeu espaço a uma abordagem historicista empreendida a partir de uma mudança radical de perspectiva. No bojo dessa nova perspectiva sobressai o reconhecimento do fenômeno literário encarado como uma prática discursiva entre outras:

O abandono do estruturalismo [...] foi em parte uma passagem da “linguagem” para o “discurso”. A linguagem é a fala ou a escrita vistas “objetivamente”, como uma cadeia de signos sem um sujeito. O “discurso” significa a linguagem vista como uma manifestação, envolvendo sujeitos que falam e escrevem, portanto, também e pelo menos potencialmente, leitores ou ouvintes.<sup>3</sup>

Sob o rótulo de “teoria”, ou “discursos teóricos”, impulsionados sobretudo por uma tendência desconstrutora que engendrou uma reconfiguração no pensamento metafísico ocidental, os chamados pós-estruturalistas (Derrida, Barthes, Foucault, Deleuze, entre outros) promoveram uma historicização sem precedentes que incluía não só a interação das diversas práticas discursivas, envolvendo-as numa rede de saberes compartilhados, ampliando o espaço de reflexão, mas também reinseria o indivíduo situado sócio-culturalmente num contexto histórico específico, além de abalar a condição estável dos valores e certezas que circulavam incólumes no âmbito da *ratio* científica.

O desvio operado pelo pensamento teórico, cuja área de atuação é difusa e multidirecional, dispensando, portanto, a compartimentação estanque dos saberes, encontra-se implicado neste movimento geral de caráter

humanístico e eminentemente historicista. Historicismo que, todavia, não comporta as mesmas feições do historicismo praticado no século XIX. Trata-se de um “neo-historicismo auto-reflexivo e comunicacional”, como nos explica Italo Moriconi:

[...] o termo historicismo justifica-se principalmente porque está em pauta reafirmar o primado da razão histórica na constituição do saber humanístico, em detrimento da colonização deste pelo imperialismo da razão científica. Gesto inequívoco, operação estratégica de substituição e inversão, descarte da razão científica moderna pela razão histórica pós-moderna. Operação que devolve ao discurso histórico sua vocação integradora, a de atravessar fronteiras disciplinares.<sup>4</sup>

A difusão do que chamamos de “teoria” possibilitou o livre trânsito das disciplinas que compõem o saber humanístico. O que equivale a dizer que a suposta autonomia dos discursos circunscritos e reduzidos à sua esfera de ação limitada caiu por terra. As disciplinas aboliram suas fronteiras e expandiram seus domínios, abrindo-se para um diálogo interacional cuja colaboração e reciprocidade na disseminação dos saberes permitem demonstrar a relativização mesma de seus alcances, a permeabilidade conspícua de seus conceitos e axiomas e, finalmente, o caráter político e provisório de suas certezas. Decretava-se, em última instância, a falibilidade da razão.

No que toca ao discurso literário, este deixa de revelar a primazia da ênfase concedida à literariedade, que compreendia sua especificidade, sendo doravante encarada como “uma construção elaborada por razões de ordem histórico-cultural”<sup>5</sup>. As inevitáveis conseqüências dessa mudança radical provocaram, como era previsível, acalorados afetos e desafetos que deram origem ao antagonismo ainda hoje verificado no circuito heterogêneo dos estudos literários, tendo como representantes dos distintos posicionamentos respectivamente os Estudos Literários e os Estudos Culturais. Na arena do embate, revezam-se vozes que ora atacam com veemência a indiscriminação deliberada do multiculturalismo, exorcizando a barbárie que pesa sobre o “carnaval teórico”, ora defendem rigorosamente o diálogo profícuo entre os diversos campos do conhecimento humano, reclamando o direito à desaturatização e desmistificação de uma pressuposta hegemonia do discurso literário.

No pólo refratário à transdisciplinaridade, verificam-se discursos ressentidos, eivados de um profundo sentimento de perda, cuja orfandade

circunscreve uma retórica de antanho expressa de modo canhestro ao reclamar o retorno a uma essencialidade da literatura. Dos múltiplos exemplos que podem ilustrar essa tendência mais conservadora, pinçamos alguns fragmentos da conferência apresentada por Ligia Chiappini por ocasião do VI Congresso da ABRALIC:

[...] sinto falta da forma e do valor, sinto falta da discussão sobre o caráter propriamente estético dos textos literários. Pois quando tudo é literatura nada mais é. E sinto falta da história, pois é na forma, como mediação, que ela se manifesta concretamente, pelo menos para quem procura ler o movimento do social, desvendando-se na formalização estética.<sup>6</sup> (grifos nossos)

De imediato, percebe-se o absoluto preconceito da autora em relação ao seu objeto de ataque. Em sua proposição axiomática: “pois quando tudo é literatura nada mais é”, Chiappini não esclarece devidamente o conteúdo enigmático compreendido no indefinido “tudo”, em oposição clara ao “nada” fatalista e igualmente abstrato. Gesto que resgata o jogo de oposição clássica envolvendo a relação biunívoca de causa e efeito, redutora e ultrapassada enquanto modo operacional analítico. Visada de certa forma preconceituosa na medida em que, implicitamente, sugere uma elitização da literatura, livre de contaminações outras que não ostentem o estatuto de “literatura”, tendência que pode ser lida na clave da rejeição deliberada das manifestações culturais populares, contrapostas ao circuito elitista da cultura erudita. Atitude que, como questiona Eneida de Souza, estaria no cerne de uma indisfarçada tentativa de reafirmação de “poder de classe”:

A posição elitista da crítica, desprovida de pudor e disposta a retomar o desgastado binarismo referente à classificação literária, que diferencia a alta da baixa literatura, não estaria ensaiando uma forma de poder de classe, que, uma vez enfraquecida, mais se empenha no desejo de reativá-la?<sup>7</sup>

Palavras que encontram eco na voz de Raúl Antelo, ao se posicionar frente à polêmica que cerca a expansão do multiculturalismo e seus efeitos no cenário literário: “A literatura não é, [...], ou melhor, não pode ser uma reles carta de burguesia ou distinção”<sup>8</sup>.

No que toca à opinião de Ligia Chiappini, a afirmação de cunho essencialista, uma vez que envolve a questão: a literatura é, revela-se inócua,

porquanto substancializar uma coisa, definindo o que ela “é”, remete a uma idealização do objeto que, além de mostrar ser a busca pela conceitualização universalizante um esforço predestinado ao fracasso, não conduz a nenhuma “epifania” da verdadeira “essência” da literatura. O que, já de si, em muito se distancia do “movimento do social”, da presença da “história” intermediada pela forma, reclamados pela autora no decurso de suas reivindicações. Postura, no mínimo, contraditória pois história e movimento do social são elementos cuja dinamicidade soa dissonante face à estaticidade que suas questões essencialistas inspiram. Além disso, esses mesmos elementos, “história” e “movimento do social”, vale lembrar, não estão de forma alguma ausentes dos debates promovidos pelos estudos multiculturais. Ao contrário, tais elementos figuram como norteadores fundamentais de uma prática discursiva que se propõe analisar do ponto de vista histórico-social a problemática da cultura, de que a literatura é parte integrante.

Em vários momentos, Chiappini, tomando como exemplo de integridade intelectual Antonio Candido (o que é, efetivamente, incontestável, dada a relevante contribuição aos estudos literários que este vem nos legando ao longo de sua carreira como crítico e professor), reclama uma rara virtude perdida no nimbo do fogo das vaidades intelectuais: a humildade. Ora, a solidariedade entre as disciplinas, compartilhando saberes para uma reflexão menos encerrada no seu próprio umbigo, demonstra, ao invés das pretensões universalizantes e hegemônicas de um certo cientificismo novecentista, a relativização das verdades e a superação de uma auto-suficiência improficua. A ausência de modéstia, ou, como quer a autora, de humildade, acusa sua presença na própria questão que versa sobre o “ser” da literatura, na direção de uma essencialidade espoliada da disciplina: nada mais imodesto do que o ideal de totalização absoluta reivindicado pela questão: “o que é?”, indagação freqüente no contexto tradicional moderno, como esclarece Eneida Leal Cunha:

A pergunta ou as perguntas, assim formuladas, têm por trás de si a expectativa de clareza, de limites de objeto e de método, necessários – na tradição moderna – à singularização de um campo disciplinar.<sup>9</sup>

No entanto, apesar de fixar um posicionamento contundente de desconfiança e desagrado em relação aos estudos culturais, Chiappini reconhece que “não é o caso de negar que a ultrapassagem de limites das disciplinas, que se observa e se busca nos estudos culturais, seja altamente positiva”<sup>10</sup>.

Num outro extremo da discussão, favorável ao intercâmbio discursivo, encontra-se Eneida de Souza, que integra o mesmo ciclo de debates reunidos nos anais da VI ABRALIC:

Esse debate em torno dos lugares disciplinares tem cheiro de fruta passada e já deveria estar produzindo outros frutos que enriqueceriam os estudos literários comparatistas e culturais.<sup>11</sup>

Com o objetivo de “discorrer sobre o não-lugar da literatura diante dos estudos culturais, com base no preconceito existente na relação entre o conceito de literatura e o de classe social”<sup>12</sup>, Eneida esclarece que o discurso literário, convocado a integrar ativamente o diálogo fomentado no âmbito multidisciplinar dos estudos culturais, ao invés de expressar o ressentimento diante da perda de seus domínios específicos, estaria colaborando no enriquecimento da reflexão em torno das ciências humanas:

A prática interdisciplinar, funcionando como mecanismo de abertura para o trânsito entre os discursos das ciências humanas, exerce papel importante nessa reflexão. Nessa operação o literário se dilui e se transforma através de múltiplas inserções, desfazendo-se de pretensas singularidades, ao ser convocado a entrar como componente ativo na rede interdisciplinar [...].<sup>13</sup>

O contínuo deslocamento dos espaços disciplinares, mantendo a dinâmica do intercâmbio entre os discursos, evita a afirmação de conceitos e valores perenes, desfazendo hierarquias e possibilitando, assim, uma constante renovação das idéias e questões que cercam as ciências humanas, bem como de suas provisórias certezas. É nessa ótica que Eneida de Souza, baseada nos pressupostos de David Carrol, inspirado por sua vez na noção de “entre”, proposta pelo pensador argelino Derrida, sugere o “não-lugar da literatura” (título, aliás, dado pela estudiosa à sua conferência), enfatizando com isso o caráter relacional dos saberes em permanente movimento:

A relativização dos valores espaciais permitiu ao filósofo criar o espaço teórico relacional por excelência, o entre, em que os conceitos são utilizados em relação, sem vínculo com entidades substanciais. Dentro dessa perspectiva, desprovida de caracterização imanentista dos objetos, [...] comprova-se o deslocamento como categoria capaz de movimentar o raciocínio disciplinar – derrubando conceitos fixos e verdades

consagradas pela cristalização de lugares e pela atomização dos interiores.<sup>14</sup>

Além de Ligia Chiappini, Eneida Leal Cunha e Eneida de Souza, a coletânea *Leituras do ciclo*, compilação das conferências apresentadas na ABRALIC realizada em 1998, traz ainda vinte e sete conferencistas de renome no cenário dos estudos literários brasileiros e internacionais. Os exemplos colhidos e aqui apresentados figuram como uma pequena amostra do estado atual da discussão que cerca e multidireciona a controversa questão sobre os rumos do estudo da literatura em tempos pós-utópicos. Porém, não se pode negar que a ausência de um consenso em torno dessa problemática, que divide opiniões e aquece o debate, avulta sintomaticamente como uma arena polifônica e democrática, cujo espaço é capaz de abarcar ao mesmo tempo consonâncias e dissonâncias, não excluindo nem eliminando inevitáveis divergências entre as vozes expressadas.

No fluxo alentado das questões que cercam os estudos literários e os estudos culturais, uma outra indagação impulsiona o fórum de discussões: a equivalência entre estudos culturais e literatura comparada.

Eduardo F. Coutinho, um dos mais reconhecidos nomes dos estudos literários comparatistas brasileiros, esclarece que, desde seus primórdios, em sua configuração disciplinar, localizada no século XIX, a literatura comparada compreende uma “perspectiva transdisciplinar”. O caráter relacional dos estudos comparatistas face às literaturas praticadas alhures, promovendo um diálogo transnacional e favorecendo o fortalecimento da idéia de uma certa “tradição nacional”, profundamente discutível, segundo Coutinho, investiu no alargamento das fronteiras disciplinares ao empreender um fecundo diálogo com outras áreas do conhecimento humano, “em especial setores das Humanidades considerados afins, como a História e a Filosofia”<sup>15</sup>. Mas, se de um lado atesta-se a vocação inata da literatura comparada para integrar a dinamicidade do movimento interdisciplinar, de outro percebe-se que essa perspectiva comparatista manteve sempre na mira de seu raio de ação, de forma consciente, a linha divisória que compartimentava o feudo disciplinar. Como assinala Coutinho:

[...] apesar de seu alcance eminentemente transnacional e interdisciplinar, a Literatura Comparada nunca chegou, em sua fase de configuração e consolidação, a questionar os marcos que lhe serviam como referenciais

– conceitos como, por exemplo, os de “nação”, “idioma” e da própria “literariedade” – e, conseqüentemente, nunca perdeu de vista completamente o alcance de sua transdisciplinaridade. Ela estudava, por uma óptica comparatista, manifestações artísticas distintas e mergulhava com alguma freqüência na seara de outras disciplinas, mas mantinha consciência clara da extensão de suas incursões.<sup>16</sup>

Com o abalo provocado pelas questões que envolvem a especificidade do discurso literário, pondo em xeque a pertinência de um a priori do literário como suporte basilar dos estudos em torno das obras literárias, os limites imaginários, que preservavam e mantinham a integridade do status quo na parte que cabia a cada disciplina no imenso e fragmentado latifúndio dos saberes humanísticos, caíram irremediavelmente por terra:

Para muitos estudiosos, não há na realidade um discurso literário – a literatura é uma prática discursiva intersubjetiva como muitas outras – e sua especificidade, ou melhor, sua “literariedade”, não passa de uma construção elaborada por razões de ordem histórico-cultural.<sup>17</sup>

Deslocada a ótica centrada na “comparação de autores, obras e movimentos literários”, a literatura comparada, hoje, converge seus esforços no sentido de participar de forma ativa do proliferante diálogo interdisciplinar, em que o contexto histórico-social está indissociavelmente implicado:

Agora, o interesse maior do comparatista deslocou-se, entre outras coisas, da preocupação da natureza e função da literatura no plano internacional, para a tentativa e compreensão das diversas contradições da categoria do literário em diferentes culturas. A contextualização tornou-se uma palavra de ordem nos estudos comparatistas e o estético passou a ser visto como um valor entre outros, sempre associado a fatores de outra sorte, que incluem necessariamente o político.<sup>18</sup>

Ao finalizar sua conferência, na edição do VI Congresso da ABRALIC, Eduardo Coutinho, após situar historicamente a interação da teoria, da crítica e da historiografia literárias face à literatura comparada, conclui ressaltando a impertinência das barreiras que insistem em encerrar os discursos numa compartimentação estanque, defendendo o fato de que “se tais tentativas de compartimentação já não tinham suporte substancial

na fase tradicional da disciplina [literatura comparada], o que dizer agora, na era do multiculturalismo, em que a própria identidade do texto literário foi posta em questão, e marcas indisfarçáveis de heterogeneidade pontuam qualquer mapeamento das histórias humanas”<sup>19</sup>.

Nota-se que, ao invés de optar por uma afirmação peremptória favorecendo uma confortável equiparação entre Estudos Culturais e Literatura Comparada, numa relação de equivalência absoluta, Coutinho reconduz a inquietante questão para a ênfase na interação comunicacional entre os saberes humanísticos, notadamente entre o que se considera discurso literário e demais disciplinas afins, com as quais a literatura mantém intenso e fecundo diálogo.

A discussão em torno dos Estudos Culturais e Estudos Literários, bem como a problemática acerca das aproximações, convergências e divergências da literatura comparada em relação ao multiculturalismo, apesar do cheiro de “fruta passada”, ainda hoje suscita amplos debates, movendo empreendimentos intelectuais de figuras de proa do circuito intelectual brasileiro e internacional, conforme exemplos citados e comentados.

A conclusão a que se chega reforça o caráter transdisciplinar que hoje vigora de modo inequívoco: objetivar equiparar os campos confrontados acusaria um retrocesso na perspectiva que aponta para a diluição de fronteiras disciplinares, pois tal atitude certamente obrigaria a uma nova reconfiguração limítrofe dos saberes, estancando, dessa forma, o movimento dinâmico que rege a rede multidisciplinar. Seria revisitar o anacronismo substancialista centrado na idéia de uma definição singular, redutora e imobilizante de territórios estritos, livres da contaminação virulenta de plagas vizinhas. Como assinala Eneida Leal Cunha:

No caso dos Estudos Culturais e da Literatura Comparada – registre-se em tempo, a Literatura Comparada tal como esta se firmou na última década aqui no Brasil – vale a pena evitar definições, seguindo a sugestão de Frederic Jameson, pois defini-los significaria detê-los para retirar deles aquilo que não são, estabelecer fronteiras movidos por uma vontade de pureza, ou, dito de outra forma, ceder ao projeto platônico de separação e classificação, em linhagens, por uma lógica de semelhanças, do autêntico ou legítimo – o que é digno de herdar o nome –, e do inautêntico, ilegítimo, secundário.<sup>20</sup>

## Notas

<sup>1</sup> Esse trânsito interdisciplinar, vale lembrar, ocorre também em outras paragens discursivas, tais como: a científica, a religiosa, a artística, para só citar algumas. Porém, efetuando um necessário recorte que converge diretamente para o nosso interesse investigativo, nos deteremos unicamente nos domínios das chamadas ciências humanas.

<sup>2</sup> COUTINHO, Eduardo. Fronteiras imaginadas: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1998, Florianópolis. Leituras do ciclo. ANDRADE, Ana Luiza, CAMARGO, Maria Lucia de Barros, ANTELO, Raúl (Orgs.). Chapecó: Grifos, 1999, p. 249-250.

<sup>3</sup> EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 158.

<sup>4</sup> MORICONI, Italo. A provocação pós-moderna (razão histórica e política da teoria hoje). Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 105.

<sup>5</sup> COUTINHO, Eduardo. Op. cit., p. 248.

<sup>6</sup> CHIAPPINI, Ligia. Forma e história na crítica literária brasileira: a atualidade de Antonio Candido. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1998, Florianópolis. Leituras do ciclo. ANDRADE, Ana Luiza, CAMARGO, Maria Lucia de Barros, ANTELO, Raúl (Orgs.). Chapecó: Grifos, 1999, p. 158.

<sup>7</sup> SOUZA, Eneida de. O não-lugar da literatura. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1998, Florianópolis. Leituras do ciclo. ANDRADE, Ana Luiza, CAMARGO, Maria Lucia de Barros, ANTELO, Raúl (Orgs.). Chapecó: Grifos, 1999, p. 112.

<sup>8</sup> ANTELO, Raúl. Guerra cultural. Cult, São Paulo, n. 17, p. 46, dez. 1998.

<sup>9</sup> CUNHA, Eneida Leal. Literatura comparada e estudos culturais: ímpetos pós-disciplinares. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1998, Florianópolis. Leituras do ciclo. ANDRADE, Ana Luiza, CAMARGO, Maria Lucia de Barros, ANTELO, Raúl (Orgs.). Chapecó: Grifos, 1999, p. 100.

<sup>10</sup> CHIAPPINI Ligia. Op. cit., p. 165.

<sup>11</sup> SOUZA, Eneida de. Op. cit., p. 112.

<sup>12</sup> Ibid., p. 109.

<sup>13</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>14</sup> Ibid., p. 111.

<sup>15</sup> COUTINHO, Eduardo. Op. cit., p. 248.

<sup>16</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>17</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>18</sup> Ibid., p. 249.

<sup>19</sup> Ibid., p. 253-254.

<sup>20</sup> CUNHA, Eneida Leal. Op. cit., p. 100.